N.º 118 — 2 de Dezembro de 1922 — Ano III

A UNIÃO

Orgão oficial do Centro Catolico Português

DIRECTOR: A. LINO NETTO
EDITOR: ANTONIO FERREIRA ANTUNES

Propriedade da Emprêsa de Obras Sociais

Assinaturas: Ano..... 5$00 — Semestre..... 2$50 — NUMERO AVULSO..... $10

Redacção: *Rua Augusta, 220, 1.º*.
Administração: *Beco dos Apóstolos, 6, 1.º, Dt.º*.
Comp. e Imp. na Emprêsa de Publicidade Agricola, Lt.a
RUA DA ROSA, 222 a 226 = Tel. 5778 N.= LISBOA

HORA DA IGREJA

PERANTE esse documento assombroso da divina espiritualidade da Igreja, que é a Pastoral Colectiva do Venerando Episcopado Português, curvemos reverentes a nossa fronte, num sentimento profundo de louvor a Deus e num austo fervente de amor a Patria estremecida. De joelhos — que nos fala Deus na sarça ardente de um moderno Synai, alteroso e ingente mais ainda do que a velha montanha santa, dos egoismos e malquerenças de uma sociedade a esfacelar-se e de uma Patria idolatrada em agonia. E' a voz do alto a que nós ouvimos. De joelhos — que é de paz bemdita a palavra dos Apostolos da Vida que chega até nós através dessas paginas admiráveis de doce e suave sabor cristão. Verdadeiramente, nesta hora pode bem dizer-se com o poeta que Deus enche as nossas almas e a Patria toda é o seu templo.

Sobre os desvarios de uma sociedade em delirio aprouve a Deus que se abrisse a aurora de uma esperança redentora. — A vida portuguesa, vasto mar de ódios e vãs recriminações, batido pelo vento agreste de um grosseiro materialismo sensual e doentio, acusa um sofrimento geral, um sentido colectivo de angustia que é bem o pôr do sol das virtudes da raça. Ao contacto das realidades do momento é certo que a nossa sensibilidade se dóe? Ha uma causa para êsse sofrimento e ha tambem um sentido novo, mais alto, a espiritualizar essa dôr. A causa é que nos afastámos de Deus; a esperança é o mesmo Deus, que nos fala pela voz dos seus Apostolos e cuida de nós com misericordioso amor. A Igreja tem um balsamo eterno para suavisar a dôr: é o perdão a quem nos feriu e o oferecimento a Deus do sacrificio do nosso amor proprio em holocausto ao bem maior que é a Sua Gloria e a posse do Seu amor. O sacrificio redime e da expiação florirá a graça bendita de paz e do triunfo.

E' sobre este aspecto que mais oportunamente nos fala o coro magnifico que nesta hora deslumbra e espiritualisa as nossas almas.

Quem mais sofre em Portugal do que a Igreja Católica, esbulhada dos seus legitimos bens, perseguida nos seus mais altos representantes, esquecida nas suas mais instantes reinvidicações, menospresada na sua mais nobre aspiração de conciliação?

«Do que vos falamos, hoje, uns andaram pelas cadeias, outros foram exilados, quasi todos arrastados aos tribunais e todos sofreram prejuisos materiais gravissimos durante as convulsões dos ultimos doze anos».

Vêde, atendei, nos bradam os Pastores de Cristo, se a vossa dôr é maior que a nossa.

«Entretanto tudo isso pomos de parte, sem olhar a sentimentalismos nem agravos para atender a interesses mais altos e vos prégar, com as palavras e o exemplo, a tão necessária união no campo religioso, sem preocupações de ordem politica e sem recriminações irritantes e inúteis.»

Andam muito esquecidos os direitos de Deus e despresada a sua lei.

Pelo regimen, sómente?

Não, por nós principalmente.

Sobretudo pelas nossas paixões, pelo nosso egoismo, pelo culto das nossas ideias ou das nossas atitudes mais, do que pelo são e nobre amor da Patria e dos sagrados direitos de Deus.

«Que importam as nossas pessoas e os sofrimentos porque hajamos passado em face dos interesses das almas e dos direitos de Deus que urge defender?»

E' o amor da Patria, o entranhado afecto à continuidade historica da nossa Nacionalidade, o alvo nobre a que aspiramos?

Então «esqueçamos tudo o que nesta hora possa criar divisões para que uma grande atmosfera de paz venha reconfortar as nossas almas e retemperar esta sociedade tão combalida e atribulada».

Sem preterir nenhum dos seus direitos e sem abdicar de qualquer dos seus principios imutaveis, a Igreja vem nobremente, altivamente oferecer ao poder como ele se acha constituido, dignamente, e sem pensamento reservado, o auxilio poderosissimo da sua acção, a força espiritual imensa do seu poder.

Só a Igreja é senhora do segredo nobilissimo de uma tão elevada atitude moral. Não é um pacto o que ela propõe. Nada pede ao regimen em troca do muito que lhe dá generosamente. Na postura galharda de quem possue a promessa divina da Verdade, do alto da Cruz do perdão que ha 20 seculos se abriu para acolher os homens e as Nações, diz aos homens de boa vontade a palavra unica de salvação e fia do seu esforço abençoado de Deus o exito operoso da redenção da Patria. Depositaria da fonte de agua viva, a todos convida a que bebam nela e aí dessedentem as almas crestadas por varias e estereis recriminações mutúas.

E' de suplica a sua atitude perante o Poder? Não: «reconquistai a liberdade para a Igreja e refulgirão de novo na fronte encanecida da Patria as glorias de outras eras», clamam os Bispos.

E' a postura nobre de quem proclama os direitos da Verdade. Escutemos a sua voz e unamos fileiras sob o signo augusto da Igreja para a jornada gloriosa da redenção da Patria pela glorificação de Deus. Este é o trilho certo que a Igreja nos aponta.

Católicos obedientes, professemos desassombradamente a nobre obediencia à voz de Deus que é a voz dos seus Pastores, a unica que dignifica e nos exalta, porque nos salva.

De joelhos—que sôa pela alma da Patria, acordando os herois e os santos, a hora soléne da Verdade, do Vigario de Cristo, de Deus. E' a hora da Igreja, que é sempre a hora do triunfo.

Thomaz de Gamboa

Dr. Eurico Lisboa

De todos quantos no passado domingo, 26, foram vitimas das violencias, insultos e atentados pessoais, que foram bem tristemente a nota dominante das eleições paroquiais e que profundamente lamentamos, — homens de ordem como somos e avêssos a todas as situações violentas que nada teem de cristão —destacamos para esta ligeira referencia o nome do nosso querido amigo e ilustre membro da Comissão Diocesana do Centro Católico, Dr. Eurico Lisboa. E' conhecida já dos nossos leitores a barbaridade da insolita agressão: o ilustre clinico estará durante algum tempo impossibilitado de exercer a sua profissão pelas numerosas contusões sofridas e especialmente pela fractura da mão direita. No coro unanime de pessoas de todas as classes e partidos que a casa de Sua Ex.ª têm acorrido a manifestar-lhe a sua reprovação pelo selvagem atentado, terá encontrado o seu espirito o desagravo tão merecido, que a todos os seus amigos se impunha.

O Centro Catolico, em cujos principios e acção o Dr. Eurico Lisbôa está tão nobremente integrado e de cuja direção é um ilustre membro, sauda comovidamente o seu querido e prestigioso amigo.

A Pastoral Colectiva e a Imprensa

Franco acolhimento por parte das varias correntes de opinião. — Um documento verdadeiramente historico.—A impressão é profunda em todos os espiritos.—Faz-se justiça à acção e às intenções do Centro Católico.

DAMOS a seguir aos nossos leitores algumas impressões, que vincam mais fortemente, do caso imenso de louvores e aplausos que coroou a Pastoral Coletiva do Episcopado Português, notabilissimo documento que a todos se impõe pela sua grandeza e serenidade.

«Forte pela decisão das afirmações, suave e delicado na forma, cheio de brilho e oportunidade, nada falta ao notavel documento destinado a ser um dos marcos milenarios da acção católica em Portugal podendo dizer-se afoitamente que é um dos mais extraordinarios documentos do Episcopado Português no ultimo seculo.»

Assim se exprime o nosso muito querido colega *A Guarda* numas ligeiras palavras de apresentação á Pastoral que publicou na integra, reservando-se para oportunamente voltar a fazer-lhe as merecidas referencias.

Notaveis as palavras que a ela dedica o *Diario de Noticias*, em artigo do fundo, do qual destacamos as principais passagens:

«E', na realidade, um documento histórico a Pastoral do Episcopado Português que hontem publicámos—importante pela sua significação religiosa e sobretudo pela sua significação politica.

Nesse documento em que todos os chefes da Igreja, em Portugal, vêm, em nome da Santa Sé, recomendar, pela mais incisiva forma, a acção no campo legal, declarando que combater os principios do Centro Católico, cuja organização arreda sistemáticamente a preocupação de regimes politicos, é desrespeitar a autoridade da Santa Sé e dos Bispos, — nesse documento convidam-se todos os crentes a esquecer tudo quanto nesta hora possa criar divisões. A Pastoral expressamente invoca a carta de S. S. Bento XV, dirigida aos Bispos portuguêses, em 18 de Dezembro de 1919, convidando os católicos «a obedecerem, sem pensamento reservado, ao poder civil, tal como êle agora está constituído, e a aceitarem sem repugnancia os cargos publicos a que forem chamados ou que lhes sejam oferecidos».

E' prègada do alto de todos os pulpitos nacionais, robustecida pela autoridade da maior fôrça espiritual do mundo, a doutrina da paz politica, correspondendo às necessidades da paz religiosa.

E' a exortação, vinda pela voz unânime de todos os prelados, à prática e à realidade dessa obra de conciliação colectiva, de apaziguamento de ódios, de cooperação nacional, que há perto de quatro anos nestas colunas defendemos, advogando, ao mesmo tempo, a imprescindivel conveniência do fortalecimento do poder do Estado, como única base da segurança da nação.»

Depois de frisar o erro em que de há muito se debate a politica portuguêsa de erguer a norma do combate á violencia e o choque, cada vez renovado com mais intensidade e desastrosas consequências, de um facciosismo contra outro facciosismo maior, diz estas palavras, que são bem o éco das proferidas em França pelos ministros de 92, quando lamentavam a não existencia de uma direita constitucional, como apoio dos governos contra a acção dos radicais e extremistas:

«E' impossivel pedir, no acidentado momento social que atravessamos, ordem e organização a um Estado, a que permanentemente, todos os dias, recusamos colaboração e fôrça. Atirando periódicamente o regime para a necessidade de procurar nos elementos radicais o apoio que os conservadores lhe recusam, periódicamente condenamos êsse regime áquela atitude, perigosa e precária, que o sr. Brito Camacho definiu numa velha frase infeliz: «as transigencias que rebaixam ou as violenlências que comprometem.

O mal português é, essencialmente, o mal das suas paixões politicas.

A pastoral do Episcopado ergue-se, como uma forte barreira moral, contra essas paixões — e proclama a palavra, que corresponde ao mais vivo anseio nacional: paz! A sociedade portuguesa não pode indefinidamente viver em estado de guerra. As sociedades humanas, quando atingem êste estado de inconsciência e sectarismo, aproximam-se a passos agigantados da anarquia. Um passo mais em falso—e o precipicio abrir-se-ha diante de nós, inexoravelmente.

E' mister ter a coragem de o dizer—e a coragem moral de aplaudir aqueles que o dizem. O extremismo radical triunfante tem sido, nos ultimos tempos, numa grande parte, uma consequência da criação sucessiva, entre nós, de atmosferas revolucionárias imprudentemente criadas — e que sucessivamente têm envolvido e sufocado aqueles que obstinadamente as preparam e delas têm sido também obstinadamente vitimas. Tem aproveitado a lição? Não nos parece.»

Desenvolvendo a perniciosa ideia da guerra á outrance ao regimen, situação esta que, sem o oferecimento de um apoio compensador gera da parte do poder uma mais forte e cega acção de defeza, acrescenta.

«A incompetência do Estado em dar, entre nós, as seguranças e as garantias de ordem e disciplina de que a nação precisa para viver, não pode continuar. Mas a verdade é que o Estado não é uma abstracção: é uma realidade que vive da organização, da fôrça, da cooperação que, individual e colectivamente, nós lhe damos e que, enquanto tiver diante de si, declaradamente hostil e armada, uma parte da sociedade portuguesa, confessadamente dividida e indiferente a restante, não pode dar á vida nacional as condições de autoridade e consistência que ela reclama para subsistir e prosperar.

Combater permanentemente o Estado, enfraquecer constantemente o seu poder, retirar-lhe todos os pontos de apoio, dividi-lo, miná-lo, negar-lhe condições de existencia — e exigir-lhe depois fôrça e prestigio é um contra-senso que, transformado em doença crónica, nos levará fatalmente á dissolução e nos exporá, mais tarde ou mais cedo, individual e colectivamente, a todos os perigos da anarquia.

E' esta situação, que, em muitos dos seus mais absurdos aspectos, aqui tanta vez temos apontado, que a Pastoral ontem publicada constata, exortando os católicos a fazê-la desaparecer. Querem tais sentimentos, que não são apenas de indole religiosa, mas tambem de carácter patriótico, dizer que cessem em Portugal todos os embates de ideias e todas as divergências, tôdas as aspirações de principios? Não. O que pretendem é demonstrar o absurdo e os inconvenientes de manter indefinidamente a nossa vida colectiva sob a ameaça e a espectativa de conflictos irredutiveis.»

Numa referencia final á razão invocada pela Igreja para o respeito aos poderes constituidos sem pensamento reservado, termina:

«Não podem exigir-se governos onde ninguém quere ser governado. A Igreja tem razão.»

De *O Seculo* em artigo sob a rubrica *A Pastoral dos Bispos*:

«Está publicada a Carta Pastoral Coletiva do Episcopado português aos fieis e ao clero de Portugal. E' um documento de alta importancia, que não pode passar despercebido a quantos se empenham pela pacificação dos espiritos da nossa terra. E' a defeza calorosa dos interesses da Egreja, o itinerario a seguir pelos fieis bem intencionados. Firmam a Carta Pastoral, além do sr. Patriarca, três arcebispos e doze bispos. Nela se prova, com transcrições de textos pontificais, que o Papa deve ser obedecido nas suas ordens e acatado nos seus conselhos e recorda-se, tambem com a reprodução de textos, que a Santa Sé determinou aos catolicos portugueses *que obedeçam, sem pensamento reservado, ao poder civil como ele agora está constituido*. O Centro Catolico e a sua actual direcção merecem ao episcopado francos louvores. A constituição do Centro corresponde às expressas determinações da Santa Sé.

Todos os catolicos de boa vontade são convidados a trabalhar com o Centro, que se abstem de qualquer manifestações ou acção sobre fórmas de governo.»

Faz em seguida o elogio da filosofia politica da Igreja e acrescenta quanto à diferença entre regimen e legislação:

«A submissão leal aos poderes constituidos não importa, porém, «subserviencia ou aquiescencia cega a leis iniquas e perseguidoras». Foi ai da Leão XIII que ensinou: «A legislação difere dos poderes constituidos e da sua fórma por tal modo, que, sob um regimen cuja fórma é a mais excelente, a legislação pode ser detestavel; ao passo que, ao invez, sob um regimen cuja fórma é a mais imperfeita, pode encontrar-se uma legislação excelente» Se a fé, animada pela caridade, tivesse sido mais energica, não ge teriam amontoado tantas ruinas. O unico remedio está na união dos catolicos.»

Referindo-se á direção do Centro, tem estas palavras:

«O episcopado proclama que a direção do Centro é digna da sua confiança, que lhe reitera; assim condenam os bispos, solenemente, os duros ataques de certos jornaes, que se dizem catolicos, ao sr. dr. Lino Neto, do mesmo passo que declara que a religião deve incontestaveis serviços á agremiação dirigida por esse eminente parlamentar.»

Fazendo inteira justiça ao patriotismo dos Prelados, termina:

«Os prelados concluem por assegurar que, defendendo a Igreja, defendem a Patria, que amam fervorosamente. Eis, na essencia, a Pastoral, que dispensa, por hoje, quaisquer considerações e que honra o caracter de quem a assina.»

Do mesmo jornal são as seguintes palavras em segundo artigo sob o titulo *Politica de conciliação*.

«A Pastoral Colectiva do Episcopado Português ao clero e aos fieis, teve hontem na imprensa, quer integralmente, quer em sintese, a mais larga divulgação obtida entre nós por um documento de tal natureza. Bem o merecia. Algumas considerações ela nos sugere a que não nos furtaremos, porque sômos de opinião que o problema religioso, sem embargo

da separação da Igreja do Estado, merece estudar-se, no seu aspéto social e nacional, para interesse da Patria e da República. Os católicos constituem no país uma enorme maioria e os de boa fé, obedientes ás instruções dos seus chefes espirituais, acatam o poder civil e tão sómente desejam vêr atendidas e satisfeitas pelo Estado republicano as suas reinvindicações. Crêmos que convém examinal-as, na convicção de que ha um minimo a atender, sem que d'ai resulte sombra de perigo para o regimen, antes pelo contrario.»

Como primeira consequencia do notavel documento episcopal são de registar as seguintes consoladoras promessas:

«Pois examinaremos o problema religioso, correspondendo assim a uma atitude qne se impõe á simpatia da República, como esta se deve impôr á dos católicos, desde que entre num caminho de justiça, e de tolerancia qne só a dignificará, consolidando-a ainda mais.»

Do *Diario de Lisboa*:

«Que se diz na Pastoral?

Preconisa-se a doutrina de que os católicos não devem inscrever-se em partidos nem tomar atitudes em defesa destas ou daquelas instituições politicas.

Conformam-se com a Republica ou a Monarquia, mas opõem-se a tudo o que fôr injusto.

Segundo a formula—«Dá a Cesar o que é de Cesar e a Deus o que é de Deus» — eles acatam o poder civil, não como escravos, mas como cidadãos que exercitam os seus direitos e cumprem os seus deveres, lembrando-se sempre que o poder vem de Deus.

Nas eleições podem votar em todos os nomes que lhe pareçam mais dignos da sua confiança. A politica partidaria envolve limitações e perigos a que a Igreja não quere expôr-se.

Diz-se que uma vez os monarquicos de França enviaram a Leão XIII uma luzida embaixada, presidida pelo proprio Duque de Orleans. Sua Santidade recebeu-a e ouviu-a.

Que vinha ela pedir?

Que aconselhasse os católicos franceses a manterem-se em atitude hostil á Republica, pugnando pela restauração da Monarquia. Sua Santidade respondeu:—«A Igreja só presta culto a um cadaver — ao de Cristo crucificado!»

Duma entrevista de um dos redatores do mesmo jornal com o brilhante escritor e ilustre membro da Junta Central do Integralismo Lusitano, um dos mais cultos espiritos da mentalidade na nova geração, o sr. dr. Antonio Sardinha, recortamos a seguinte passagem:

«—A Pastoral...

—E' um alto e nobre documento. Nos diversos bandos em que a sociedade portuguesa está dividida mais uma vez os Bispos fizeram ouvir a voz da paz.

— Mas é uma adesão ao regimen?

— Não. E' apenas o conselho ou o incitamento a todos os portugueses para que refaçam a sua unidade moral sobre o rochedo inabalavel de Pedro.

— Mas os Bispos mandam acatar o Poder Civil...

—Evidentemente que não haviam de prégar a revolta... De resto, os Bispos só mandam acatar aquilo que cristãmente se pode acatar. E desde que o Estado reatou as suas relações com a Santa Sé, não podiam de modo nenhum proferir palavras que inutilizassem esse principio de vitoria da Igreja.

—De modo que...

— Ha uma situação de *direito* e uma situação de *facto*. Gregorio XII traçou a doutrina comum de tratar com todos os governos estabelecidos.

—Entende, então, que, de harmonia com o principio da Pastoral, a imposição do barrete cardinalicio...

— E' um grande e extraordinario triunfo para o Catolicismo. A Republica maçonica capitula perante a soberania de Roma...

* * *

Um detalhe interessante:

—Em seguida ao fracasso de 1919, visitou-nos em Madrid, Mgr. Silva, vice-reitor do Colegio de Santo Antonio dos Portugueses em Roma. Em conversa, declarou-me que, em vista da restauração da Carta Constitucional no Porto, ao proprio Cardeal Gasparri, secretario de Estado do Vaticano, ouvira dizer que a Igreja em Portugal preferia ver-se perseguida a estar acorrentada.

Posso então dizer que os integralistas...

—Proclamam a liberdade da Igreja Católica. Ora a Pastoral não visa senão à garantia dessa liberdade...»

Ao nosso colega *A Patria* mereceu a Pastoral Colectiva uma larga referencia, tendo transcrito a maior parte nas suas colunas. Essa longa transcrição era antecedida das seguintes palavras:

«O semanario *A União*, orgão oficial do Centro Católico Português publicára no seu numero de hoje a ultima *Carta Pastoral Colectiva do Episcopado Português ao Clero e Fieis das respectivas Dioceses*.

Trata-se de um notavel documento de amplo significado para a politica religiosa do nosso país e que havemos de apreciar larga e oportunamente.

Por agora, queremos apenas dar aos leitores de *A Patria*, a sumula da Pastoral, em que se confirma doutrina, que varias vezes aqui defendemos em relação aos católicos portugueses e ao regimen republicano.

Organização

Escoteiros Católicos

OPERA-SE entre nós, realmente, um movimento consolador, nos *novos* sobretudo, no sentido de unir forças e orientar boas-vontades, para que os católicos, devidamente organisados, e disciplinados, façam valer os seus direitos, conquistem as suas liberdades e exerçam a acção que lhes é propria.

Ha dias, na séde da *Juventude Católica de Lisboa*, realisou-se uma importante reunião de dedicados elementos católicos, na qual se tratou da fundação, em Lisboa, dum *corpo de escoteiros* nossos.

E' seguir o exemplo dos outros países, da França, da Italia, da Inglaterra, onde a Igreja tem dispensado as suas benevolencias ao escotismo, para que ás organizações protestantes ou indiferentes... em materia religiosa, se contraponham as nossas, dispostas a educar moralmente, e a disciplinar, não se preocupando apenas nem com a parte *decorativa*, nem com a questão fisica.

Desde que a Igreja aceita e recomenda, o escotismo, não é licito, a católicos, opôr-se a que um movimento desta indole vá por diante. É até muito possivel, senão certo, que o escotismo católico, no nosso país, muito contribua para *salvar* centenas e milhares de rapazes.

A iniciativa de agora, parece-nos, vai ter um exito seguro. Deus o queira!

Na reunião a que nos referimos acima falaram os srs. Franklin de Oliveira, Marcelo Alves Caetano, Zuzarte de Mendonça, (que leu, e explicou, varias passagens da sua interessante brochura *Os Escoteiros*) Dr. Weiss de Oliveira, Dr. Pereira dos Reis, Mons. Francisco Esteves e Dr. Gabriel Ribeiro, sendo recebida e aceite a idéa dos *escoteiros católicos* sem discrepancias, e aprovando-se por unanimidade os Estatutos, apenas com uma ligeira modificação proposta pelo sr Dr. Weiss de Oliveira. O sr. Francklim de Oliveira comunicou à assembléa que a comissão iniciadora dispõe já das salas do Patronato Nun'Alvares para as suas reuniões e exercicios, salas amavelmente cedidos por mons. Esteves, que pôs tambem à sua disposição os instrumentos necessários para a primeira banda dos *escoteiros católicos*. Como era de justiça, estes oferecimentos foram recebidos com o maior agrado e reconhecimento.

Os trabalhos preparatorios do Corpo de Escoteiros Católicos devem já ter começado, e os estatutos vão ser entregues, sem demora, à Autoridade Eclesiastica e à Autoridade Civil, para sua aprovação.

Ha que fazer, desta simpatica idéa a maior propaganda nos meios escolares, nos quais, de preferencia, se devem recrutar os rapazes escoteiros. Propaganda falada e propaganda escrita. As coluna da *União* estarão às ordens, para esse efeito. Constanos tambem que se realisarão em breve algumas conferencias, de grande interesse, sobre o assunto. Julgamos desnecessario recomendar às familias católicas, e que desejem ver os seus filhos libertos de más influencias e de perigosas sugestões, que os façam ou levem a inscrever-se na recem-fundada associação, que se enobrece com tão altos intuitos, e que tão poderosamente pode e deve concorrer para a christianização do nosso meio social.

Desmentindo

A recente Pastoral Coletiva teve o acolhimento de respeito e admiração que lhe era devido em todo o país.

Verdadeiramente impressionante!

E' claro, porém, que, em todos os movimentos de Deus, surge sempre quem tente contrariar ou desfazer os bons efeitos. E' contra isto que urge se precavejam todos os católicos. O espirito do mal não descança.

Dêste modo é que, na impossibilidade logica de se atacar directamente a Pastoral colectiva, que é incontestavelmente, um grande documento de civilização moral os nossos adversários redobram agora de esforços a inventar coisas que, ao que parece, visam a dividir Prelados e Fieis.

Ha uns três meses, «*O Correio da Manhã*» trouxe, pela primeira vez, a publico o boato de que a Direcção do Centro Católico trabalhava pela resignação da Sua Eminencia o Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa.

Ultimamente, *O Seculo*, da manhã, de 24 do corrente, iludido na sua boa fé como já reconheceu, publicou o seguinte telegrama:

Braga, 18. — C. — Diz-se, com insistencia que vai ser elevado ao cardinalato o sr. arcebispo de Braga, dr. Manuel Vieira de Matos, indo ocupar o Patriarcado de Lisboa, logo que resigne o sr. D. Antonio Mendes Belo, que, pela sua edade e estado de saude, não poderá exercer por muito tempo as suas elevadas funções prelaticias.

O *Correio da Manhã*, que não perde ocasião de mostrar o seu zelo pela paz religiosa, acudiu logo, em 26, com este comentario:

Não é a primeira vez que á boca fechada se insinúa a resignação do virtuosissimo Prelado. Essa torpe campanha, cuja existencia se não ignorava no Paço Patriarcal e que partiu de meios que se dizem catolicos, veiu agora á supuração no *Seculo*, jornal anti-religioso, mas apesar disso em tão boas avenças com alguns que se presumem de dirigentes do movimento catolico portuguez!... E logo o mesmo jornal indicou *sucessores* para o eminentissimo Cardesl Patriarca, insistindo especialmente no nome do sr. D. Manuel Vieira de Matos, Arcebispo de Braga.

E, adeante, transcreve umas palavras atribuidas ao sr. conego Martins Pontes, paroco de Arroios e que, sem duvida foram ouvidas no ponto que se refere á proveniencia, a lapso de reportagem, o seguinte:

Pode afirmar que a noticia *que, esta vez como das outras, em Braga teve origem*, não se confirmará.

Estão já, por certo, os nossos leitores a vêr o que é...

Com efeito, é absolutamente falso que, dentro da Igreja, eclesiasticos ou leigos tenham sequer pensado em tamanho absurdo. Sua Eminencia não é só o grande Prelado que sabe sempre estar no seu logar generoso: é o grande Prelado que a Santa Sé ouve e venera constantemente honrando-o de especiais considerações; é o grande Prelado que todos os seus colegas admiram e teem como chefe; é o grande Prelado que todos os fieis respeitam e estimam pela sua fecunda atividade e enorme bondade.

Os que deprimem e fazem correr boatos, em contrario, como o *Correio da Manhã*, é que são de outros sentimentos e, de embevecidos que andam num jogo de intrigas, esquecem-se da delicadesa e respeito que devem, praticamente, a uma das mais venerandas glorias do seu pais.

Mas a quem julgam os conversadores distraidos do soalheiro nacional que iludem ou enganam? A que ordem de coisas pensam chegar tão tortuosamente?

Juizo que já é tempo! A paz e harmonia é que todos carecemos, unindo-nos para o bem comum.

Semana Religiosa

(DEZEMBRO)

4 - Segunda - (P. B.) S. Pedro Crisologo «S.ª Barbara *Cr.*

5 - Terça - (P. B.) Missa do Dom. ant. sem *gl.* nem *cr.* «N.ª S.ª «S. Sebastião ✝

6 - Quarta - (P. B.) S. Nicolau

7 - Quinta - (P. B.) S. Ambrosio ou Vig. Im. Conc. (P R.) sem *gl.* «S. Ambrosio.

8 - Sexta - (P. B.) «I Imculada Conceição *Cr.* pref. N.ª S.ª.

9 - Sabado - (P. B.) Como no dia 8.

10 - Domingo - 2.º do Advento sem *gl.* «Oit Im. Conc. «S. Melchiades *Cr.*, pref. Trind.

OBS. A côr dos paramentos vai indicada no principio de cada dia.

A festa de que se celebra a missa vai em primeiro logar e as commemorações a fazer vão indicadas por «

Nas missas reza-se sempre *Gloria* não se indicando o contrario e só têm o credo quando tal se referir; o prefacio será o comum quando não se apontar outro. ✝ indica os dias em que se pode celebrar missa de *requiem* e ✝ aqueles em que se podem celebrar a missa de *requiem* ou qualquer *missa votiva*.

SOBRE O CENTRO CATOLICO

Continuamos a publicação da serie de artigos que o nosso ilustre e querido amigo Dr. Oliveira Salazar vem inserindo na «Epoca»

V

Representação de interesses

O abandono a que o Parlamento vota determinadas ordens de interesses, quando não é o encarniçado ataque que aos mesmos faz, provoca o aparecimento de organizações autonomas destinadas á defeza dos interêsses feridos. Estas organizações aspiram a uma representação directa e exclusiva no seio do Parlamento, por a reconhecerem mais eficaz que confiar aos representantes politicos dos partidos existentes a sua defeza, e conseguem-na, quando o numero dos interessados é bastante para fazer valer a sua força no terreno eleitoral, e o interesse de que se trata, tem a importancia necessária para fazer sacrificar, ao menos provisoriamente, qualquer outro interêsse e designadamente o interêsse politico.

E' pela necessidade dêste sacrificio que os individuos são naturalmente levados a formar a hierarquia dos seus interêsses, conforme o valor que lhes ligam, para fazerem vingar *eleitoralmente* aquele que para cada qual é superior a todos os outros. Eleitoralmente, repito, porque só no momento e no terreno eleitoral uma tal imcompatibilidade se manifesta; não no terreno parlamentar onde a união de representantes para a defeza dum determinado interêsse não exige o sacrificio de quaisquer outros que estejam encarregados a defender.

O facto de não se encontrarem ainda organizados alguns grandes interêsses; as condições de importancia e extensão que vimos exigirem-se para que consigam uma representação parlamentar propria, e sobretudo a impossibilidade material, derivada do funcionamento do sistema parlamentar, de se fazerem vingar interêsses varios, se são diferentes os individuos a que respeitam, — tudo isso nos exobica o facto de no Parlamento os grupos de representantes directos de interêsses organizados serem geralmente poucos e pouco numerosos, em face dos representantes politicos.

Estes individuos são, como temos dito, uma excepção ou anomalia no funcionamento do sistema parlamentar. Afirmam e defendem um interêsse, mas — não o esqueçamos — actuando numa asembleia politica, teem de o fazer valer por processos politicos; a sua influencia será por conseguinte tanto menor quanto mais estreitamente se acantonarem na defeza do interêsse que representam, alheando-se do mais.

O conflito entre a sua organisação e o seu fim dum lado, e doutro o caracter da assembleia em que trabalham e a forma ou o processo por que ela se determina e delibera, é fatal. Este conflito pode resolver-se ou porque a assembleia politica mude de caracter, ou porque a representação dos interêsses diversos do interêsse politico se modifique ao contacto do sistema parlamentar.

Não é a primeira hipotese que se realisa, pelo despotismo ainda dominante da corrente de ideias em que se apoia aquele sistema, e pela insuficiencia já notada da organisação dos varios interêsses e da sua acção no campo politico. Tem por isso talvez o seu interêsse observar como se verifica a segunda.

A bem do proprio interêsse que defendem, os representantes directos dum interêsse organisado, sem abandonarem a defeza da organisação que os elegeu, são levados a adaptar-se no meio em que se desenvolve a sua acção. E desta necessidade resulta que os interêsses representados tendem a alargar-se e a transformar-se em interêsses politicos ou o que é o mesmo — tendem a exprimir correntes politicas.

A defeza do interêsse que o grupo parlamentar representa, continua decerto a fazer-se; mas êste grupo que apenas definira uma posição no que respeitava ao interêsse em nome do qual e pelo qual existia, é obrigado a tomar uma atitude definida em face de todas as outras questões que o Parlamento se arroga o direito de tratar e regular juridicamente.

Tal é a tirania da formula parlamentar que nos explica virem a transformar-se em verdadeiros partidos organisações de interêsses inicialmente indiferentes ou mesmo adversos aos partidos politicos.

Compreende-se que haverá tanto maior facilidade em se operar essa trasnformação, quanto mais larga e profunda fôr a base doutrinaria do interêsse de que se trata.

Mesmo que se não trate, como no interêsse religioso, da defeza dum sistemo de verdades para o qual se reclamam liberdades que são condições de vida, as realizações doutra ordem que se demandam na defeza de certos interêsses, explicam-se e apoiam-se numa *doutrina*. Ora a doutrina que tenha a vitalidade e a generalidade suficientes para fornecer principios fundamentaes aos diferentes ramos de actividade e à direcção superior da politica dum pais, oferece as condições mais favoraveis para informar uma corrente politica. E se fôr seguida por uma massa importante de individuos, capaz de actuar eleitoralmente, a sua transformação em corrente politica pode considerar-se fatal, não propriamente por vontade dos homens mas pela fôrça das coisas.

Constituido porém o partido politico, desaparecem por esse mesmo facto as condições que vimos dominarem a simples organização dum interesse: é a repercussão, nos elementos associados, da reacção exercida pelo sistema parlamentar sobre a acção dos seus representantes.

Quanto mais o programa adoptado se distanciar das consequencias directas da doutrina para cuja defeza se fez a organisação; quanto mais esse programa abundar de soluções para os problemas nacionais estranhos ao interesse para que o grupo se constituiu, maior dificuldade haverá — impossibilidade algumas vezes — de manter unidos todos aqueles que á volta dum interesse determinado, esquecidas todas as divergencias noutros pontos, se puderam agremiar. E se é quasi sempre possivel manter unido o grosso das forças, é que a transformação se opéra por uma lenta evolução, durante a qual uma mentalidade comum tem ensejo de formar-se acerca das necessidades gerais, dos grandes problemas da nação, da forma de os resolver, sem se atentar, pelo contrario defendendo-se até melhor o interesse que deu a razão de ser á primitiva organização.

Salvo o caso de querer assumir sósinho o eucargo de governar, não se me afigura essencial e necessário à sua acção fixar este grupo uma atitude no qne respeita ao regimen politico dentro do qual se move e actua; porque pode mesmo ser patriotico abster-se de a tomar. O que não quer dizere que não tenha o direito — eu queria mesmo afirmar o dever—de marcar uma no momento historico em que o problema deve ser posto a bem da nação e tenha de ter uma solução urgente. E pode até muito bem ser que essa atitude de momento esteja em contradição com as idéas do grupo que a assume como quando, sobre a pressão de altas conveniencias politicas e razões patrioticas de peso, os monarquicos contribuem para a eleição dum presidente da republica.

Porque o Parlamento não é o lugar proprio para se resolver uma questão que costuma ser resolvida noutra parte e por meios diferentes, mas serve para resolver por via legislativa problemas que interessam a nação, é que vemos formarem-se correntes politicas em cujo programa se não põe a questão do regimen, sem que o levar representantes ao Parlamento signifique aceitação do regimen ou que se abandona em outros campos a luta pela sua mudança.

Oliveira Salazar.

DA «*Pastoral Colectiva*»

Deplorável indisciplina seria, pois, arvorarem-se os subditos em mentores do seu superior, e julgarem-se no direito de lhe circunscreverem os limites dentro dos quais os pode reger. A única regra é esta: — o Santo Padre manda, e nós obedecemos: **o Santo Padre aconselha, e nós seguimos o seu conselho.**

A essa a nossa regra, e porisso mesmo é seguro o terreno que pisamos, uma vez que **nossa guia e norma são únicamente os ensinamentos daquêle a quem foram confiadas as chaves do reino dos céus.**

UM BELO EXEMPLO

O ilustre Engenheiro agrónomo Sr. João da Mota Prego, o consagrado autor daqueles dos mais interessantes e úteis livros de agricultura que modernamente têm sido publicados em Portugal, dirigiu recentemente aos rev. párocos da sub-região agrícola cujos serviços correm sob a sua direcção — Guimarães, — a interessante circular, que abaixo transcrevemos, acêrca da criação do gado lanígero.

Honra-se *A União* inserindo nas suas colunas êsse documento, porque presta assim homenagem a um distincto homem de sciência do nosso País, que muito lhe deve pela sua acção esclarecida em favor do progresso da lavoura nacional, quer como professor e antigo Director da Escola Agrícola de Santarém, quer como publicista, e também porque essa circular representando a confiança do seu ilustre signatário na propaganda que os párocos das freguesias da sub-região de Guimarães saberão fazer das boas doutrinas económicas, vem provar a alta consideração em que pelos nossos técnicos agrícolas é tida a acção dos sacerdotes nessa cruzada verdadeiramente paralela à sua missão.

Sabem bem os nossos leitores a obra valiosíssima que alguns dos mais adeantados países da Europa, como a Espanha e a Bélgica, devem ao seu clero; inielizmente em Portugal assim não sucede, embora haja a registar o esfôrço isolado e bem digno de nota de alguns sacerdotes, quási verdadeiros técnicos pela competencia com que têm organizado associações agrícolas e versado na imprensa temas de interêsse económico. Mas o meio é hostil a tais manifestações, que para se tornarem bem valiosas devem ter como base o sindicato agrícola católico, bem necessario entre nós.

Contudo alguma coisa poderão fazer desde já os nossos párocos das freguezias rurais, sobretudo se os técnicos mais distintos fizerem como o ilustre agrónomo e publicista Mota Prego, que, apelando para a nunca desmedida boa vontade dos sacerdotes portugueses, deu um belo exemplo digno de imitação.

Eis a circular:

Ex.mo Rev.mo Sr. Prior

SEGUNDO uma postura camarária dêste conselho nenhum casal agrícola podia ter uma ou mais ovelhas sem prévia licença da Câmara, incorrendo na pena, no caso de não a possuir, de dez escudos de multa. Importava essa licença na quantia de seis escudos aproximadamente. Não sucedia o mesmo em relação ao gado caprino, por isso que todo o casal podia possuir duas cabeças sendo a licença exigida logo que o número fôsse superior.

Tendo como missão oficial o pugnar pelos interêsses da lavoura regional, e competindo ao gado lanígero uma função económica da maior importância para a economia geral do concelho, pedi e fui atendido que fôssem modificadas as posturas camarárias, de modo que cada lavrador podesse possuir um número de ovelhas, igual ao número de cabeças bovinas, bois, vacas e bezerros, que habitualmente emprega na exploração das terras, sendo só obrigado a tirar a licença quando este número fôsse excedido.

O número de cabeças lanígeras actualmente existentes neste concelho regula por mil e oitocentas, e aproveitando-se os lavradores da concessão camarária poder-se-ia êsse número elevar a quinze ou vinte mil, sem que em nada se alterasse o regimen agrícola actual. Quem sustenta oito ou dez cabeças de gado grosso pode manter sem o menor sacrifício oito ou dez ovelhas, obtendo um importante lucro, com um dispendio insignificante. Nas condições actuais dez ovelhas produzem proximamente vinte quilos de lã e oito crias; ora vinte quilos de lã, a seis mil réis, valor actual, importam em cento e vinte mil réis; oito crias a dez mil réis, oitenta mil réis; total duzentos mil réis. Se isto sucede em relação ao casal agrícola em relação à economia geral do concelho teremos vinte mil cabeças a dois quilos de lã, quarenta mil quilos ou quarenta mil multiplicado por seis mil réis, duzentos e quarenta contos. De dezesseis mil crias a dez mil réis, cento e sessenta, ou um total de quatrocentos contos.

A produção da carne aumentaria em mais de cento e sessenta mil quilos anualmente, tornando-se mais acessível o seu consumo e portanto com benefício de todos os seus habitantes.

Em relação à lã bastará dizer que se o agricultor quizer adquirir um cobertor para se defender do frio, êste lhe custa (com o pêso de dois quilos de lã) vinte a trinta mil réis; uns coturnos de lã custam-lhe mil e quinhentos com o pêso de oitenta gramas de lã o que dá por quilo manufaturado dezessete mil e quinhentos.

A lã nacional fiada vende-se nas lojas a trinta mil réis, chegando por vezes a atingir o valor de quarenta e dois mil réis o quilo. Apesar dos números que deixamos dito, os raros agricultores dêste concelho produtores de lã têm na vendido à razão de oitocentos réis o quilo de lã churra, o que corresponde a mil e seiscentos por quilo de lã lavada; sujeitam-se a vendê-la por êste preço pela simples razão de não a saberem trabalhar. Estes números bastam para demonstrar a necessidade que tem o agricultor de se subtraír a esta exploração industrial e comercial.

A' semelhança do que se faz em outros concelhos, Paredes, Amarante, Vieira, etc., poderia a lã ser trabalhada na indústria doméstica, com vantagem para o pessoal que se empregasse nessa indústria, e para o consumidor.

Nos concelhos acima ditos, fabrica a população agrícola cobertores, meias altas, coturnos, camisolas, luvas, barretes, etc.

Empenha-se a secção agrícola oficial em promover a implatação desta indústria doméstica, mandando vir pessoal habituado, para nos diferentes centros do concelho onde haja quinhentas cabeças de gado lanígero ir ensinar o fabrico dêstes artefactos, estagiando nos diferentes logares e levando teares e utensílios próprios de modo a habilitar o pessoal feminino trabalhador.

A indústria doméstica emprega aparelhos rudimentares, e portanto de pouco custo sendo fácil a generalização dêste fabrico por todo o concelho.

A criação lanígera, se não fôsse acompanhada do ensinamento industrial indispensável, não poderia produzir os resultados que ácima apontamos; razão esta que nos leva à organização do ensino do trabalho doméstico das lãs.

Convém dizer que os velos se conservam sem serem atacados pela traça, enquanto não são lavados, podendo portanto esperar até que a pequena indústria os possa manufaturar.

As ovelhas de boa raça merina produzem três a cinco quilos de lã anualmente, e os carneiros sete a nove, o que quere dizer que com boa raça de ovelhas, obterá o productor mais do dôbro da quantidade de lã com o mesmo número de cabeças, e sendo esta de melhor qualidade terá um valôr quatro a dez vezes superior.

Sr. Prior:

Empregar a actividade da mulher numa indústria que se possa exercer no seio da família, evitando que se perveta nos grandes centros fabris, é no nosso entender uma grande obra de virtude. Se Vossa Excelência nos auxiliar nesta campanha de prosperidade para os seus paroquianos, campanha do bem, por poder dar à actividade dos braços femininos uma remuneradora compensação, não sai Vossa Excelência dos limites marcados ao bom pastor de almas dessa freguezia, cuja direcção tão superiormente lhe foi confiada.

Os problemas económicos interessam a religião conjuntamente com os problemas morais; assim o entendeu o grande Prelado Frei Caetano Brandão, Arcebispo de Braga, que passando pela Póvoa do Lanhoso, recomendou aos fieis a plantação de olivedos, recomendação cujos efeitos ainda se fazem sentir hoje, em que aquele modesto concelho emprega trinta varas no fabrico do seu azeite enquanto que o concelho de Guimarães, de uma importância económica consideràvelmente superior, emprega apenas onze.

Recomendo portanto a valiosa protecção de Vossa Excelência este desejo, pedindo-lhe que na prática da missa conventual faça esta evangelização económica, seguindo assim o caminho traçado pelo grande Prelado que foi desta diocese, Frei Caetano Brandão.

De V. Ex.ª com muita consideração

João da Mota Prego

Chefe da 3.ª sub-região agrícola—Guimarães

DA *«Pastoral Colectiva»*

Uma coisa convem que tenhais presente, e é que, se até hoje vos poderia servir de excusa alguma dúvida ou incerteza ácerca das instruções que vos tem sido dadas, agóra que vos falamos com esta clareza *não pode já alegar-se semelhante excusa.* **E se daqui a algum tempo a legislação ofensiva dos direitos da Igreja não estiver revogada, se a Igreja ainda não fôr livre, a culpa será vossa, porque isso provará que não soubestes ou não quizestes unir-vos, como os vossos Pastores vos indicaram.**

Sôbre a Pastoral

O nosso colega *A Pátria*, além das apreciações que fez á notabilissima Pastoral Colectiva do Episcopado Português e a que noutro lugar nos referimos, tem ouvido sôbre êsse notavel documento diversas individualidades, entre elas o sr. dr. Lino Neto.

Da entrevista que lhe foi concedida pelo nosso director, transcrevemos as passagens seguintes:

O sr. dr. Lino Neto, *leader* parlamentar do Centro Católico, a quem todos rendem homenagem, pela lealdade que tem mantido para com as instituições republicanas, fala-nos hoje das suas impressões sobre a Carta Pastoral dos bispos.

—Esse documento, diz-nos o ilustre deputado católico, fica marcando incontestavelmente, como um grande acontecimento na vida nacional.

Não apareceu por virtude dum pacto com partidos ou regimes; não vem subordinado a condições de interesse material; não deixa ver sombras de desforço nem de subserviencia. E' absolutamente nobre, digno e altivo. A ninguem agride. a ninguem lisonjeia. Ressalta por força e autoridade dos seus proprios principios: é todo um fundo de bondade infinita, de acção inexgotavel, e de amor da grei, a desdobrar-se, expontanea e exuberantemente, pela salvação de Portugal.

Diante dele, não há hostilidades que possam resistir; arrasta como uma avalanche, a quem quer que tenha algum amor por esta terra; e é a nossa Historia a retomar, mais uma vez, os seus altos destinos colectivos.

Atalhamos o sr. dr. Lino Neto, para uma pregunta:

— Pensa V. Ex.ª que a doutrina expressa na Pastoral vai ser respeitada por todos os católicos?

Com uma grande franqueza e sinceridade, o nosso interlocutor responde nos seguintes termos:

Seguramente. Não lhe reste a menor duvida. A fé religiosa, a vida interior das almas em ordem a um objectivo sobrenatural e eterno, penso que é o unico meio sólido de disciplina individual; e a obediencia á Santa Sé e aos Bispos, ainda mesmo em matéria não estritamente dogmática, não é só pura flôr de retórica; é um dever fundamental e insofismável da consciencia. Embora a razão objecte, a fé não trepida, avança sempre, porque de Deus confia a certeza de todos os resultados.

E' por isso que nenhuma organização politica ou social do nosso pais dispõe da força e do prestigio da Igreja. A Igreja fala, e fala solenemente, como na recente Pastoral, e logo uma formidável corrente social se desenvolve no sentido dela. Não tenha a menor hesitação a este respeito.

Eu mesmo, e todos os que andamos actualmente no Centro Católico Português, fazemo-lo, sobretudo, por um dever religioso; a politica não a aturariamos de outra forma; nos povos latinos, e em Portugal especialmente, é uma coisa insuportável. Mas, com Deus e por Deus, dá gosto, e as tempestades mal se sentem.

E' isto que ignoram, ou não querem ver muitos dos nossos adversários.

...DIVERSAS

Nada ha que para nós seja tão facil como pensar e falar nos deveres a que os outros estão obrigados, e tambem nada ha tão difícil para nós como dar a devida atenção ás nossas proprias obrigações. A cada passo, nas nossas conversas e nos nossos escritos surge a observação de que o vizinho procede mal, não obedece como deve aos seus superiores, não respeita os seus semelhantes, não é indulgente para com os defeitos alheios, não pratica a caridade, etc., etc. Se se trata do Estado, quem não encontra mil motivos para estranhar e condenar a sua acção ou omissão em todas as desditas passadas e presentes?! Ainda no numero anterior dêste periodico eu lamentava os graves defeitos da instrução que se ministra nas nossas escolas oficiais, derivado principalmente da preocupação que teem os poderes publicos de dar a todos um ensino *liberal*, isento de todos os *preconceitos* religiosos. Se os professores e os poderes publicos não cumprem os seus deveres, cumprimos porventura os nossos? Talvez andasse melhor avisado começando por confessar que nós, os pais cristãos, que tanto estranhamos o procedimento que os outros teem em face das nossas crenças — descuramos criminosamente a educação religiosa dos nossos filhos. Quantos limitam essa educação a fazer gravar na memoria dos pequeninos as fórmulas das orações usuais, deixando-os quando atingem a idade da razão, num verdadeiro estado de ignorância, impróprio da epoca em que vivemos, e tão perigoso que tornará inuteis todos os esforços futuros.

Antes de acusar os outros façamos um verdadeiro exame de consciência e reconheceremos, sem grande esfôrço, que os males de que nos lamentamos são a justissima punição do nosso vergonhoso desleixo. O primeiro acto no novo caminho que nos propomos seguir para remediar tantos males seja a correcção dos defeitos proprios, a emenda do desleixo no cumprimento do nosso dever de naturais guias e educadores de nossos filhos. O nosso exemplo será a lição que melhor se gravará na inteligência e no coração dos filhos. A nossa preocupação principal nêste assunto seria a de conformar os actos com os ensinamentos, para que não suceda, como é freqüente, praticarmos todos as acções que satisfazem o nosso amor proprio, arvorando como principio e norma de procedimento o bem-estar desta vida dos sentidos, como se não acreditassemos na vida futura para a qual é necessario armazenar riquesas que os «ladrões não roubam e a ferrugem não corrompe». O espetaculo que deve ser mais familiar a todos que vivem comnosco deverá ser o da nossa fé viva que se traduz no cumprimento dos deveres religiosos, na abnegação e no espírito de sacrifício, no amor das tradições e na sua imitação. Deviamos preocupar-nos mais com transmitir aos descendentes o precioso legado da piedade do que bens de fortuna, sabe Deus quantas vezes entesourados á custa de que transigencias com o mal!

Quantos de nós esqneceram já êsses belos exemplos de nossos avós que não deixavam passar um só dia sem que, reunida toda a familia elevassem em comum as suas preces a Deus, fazendo gravar nas almas dos pequeninos a idea redentora da soberanía do Senhor sôbre todas as coisas? Contudo não haverá lembrança mais benéfica nem mais suave, nem que melhor nos guie nas ocasiões difíceis que fatalmente hão de surgir, e tambem não ha coisa alguma como essa lembrança para cultivar e perpetuar o amor da familia, base das grandes virtudes sociais e fôrça invencível que resistirá ás provações da vida.

Quantos tambem deixam em segundo plano os cuidados com a educação e instrução dos filhos, contentando-se em entregá-los, para essa educação e instrução, a mestres e colegios, sem se preocuparem com o modo como êles serão ensinados, com os habitos e defeitos que podem contrair fora do lar e com o perigo que pode correr a sua fé? Procedendo dêste modo é quási certo ter comprometido o futuro que por outro lado só temos em vista assegurar. A boa ou má educação depende, por assim dizer-quási que sómente do modo de proceder dos pais. Sem a correcção paterna em tempo e ocasião precisas não há defeito que se corrija ou paixão que se enfreie. Tambem não há caracteres tão dóceis, a não ser os privilegiados da graça, que possam dispensar essas correcções; mas para que elas sejam eficazes torna-se indispensavel exercer sobre a vida dos filhos uma vigilancia ininterrupta. O desleixo de momentos pode neste caso desfazer as instruções e os cuidados de muitos anos. Quantas vezes a corrupção entrôu pela porta que os desleixos — na aparencia bem ligeiros — deixaram inadvertidamente aberta!

Dum modo particular a vigilancia paterna deverá recaír sobre as companhias habituais de seus filhos, e evitar a promiscuidade dos sexos. Não devia haver transigencias nem descuidos neste assunto, porque não pode haver segurança possivel para a virtude *querida* do Céu sem se guardarem todas as precauções e tomarem todas as previdencias ao menor sinal de alarme. O rigor nestes casos nunca é excessivo e ao menor sinal da malicia devemos recorrer a todo o arsenal das virtudes cristãs e abrir os olhos ao incauto que esteja em risco da queda. A religião é o grande escudo, neste como em todos os casos, e os motivos sobrenaturais serão os unicos com força capaz de dominar ardorosas paixões que irrompam. Só a ideia de termos que oferecer a Deus um coração puro, pensamentos retos e acções boas nos pode servir de guarda nas grandes tentações e contra os perigosos e maus instintos que em consequencia da queda original tomaram um tal ascendente na nossa vontade que só a graça do Senhor nos ajudará a dominar.

J. O.

DA *«Pastoral Colectiva»*

E' possivel que a aceitação destas normas sapientissimas represente para alguns não pequeno sacrifício; mas êsse sacrifício será largamente compensado por Deus, que lê no fundo dos corações e premeia as dedicações generosas. «O que Deus ama é o bom espírito daqueles que, sacrificando as suas ideias pessoais escutam as ordens dos chefes da Igreja como as ordens do próprio Deus. A êsses assiste-os nos seus mais difíceis trabalhos, e a sua bondade leva ordinariamente os empreendimentos deles ao exito desejado», (Leão XIII, Enciclica *Graves de communi*, de 18 de Janeiro de 1901).

Juventude Católica de Lisboa

Solenidades no mez de Dezembro

DURANTE o mez de Dezembro realisam-se as seguintes solenidades associativas:

Sexta-feira 1, ás 21 horas: Sessão solemne comemorativa do aniversario da gloriosa Restauração da Independencia Nacional, presidindo uma alta dignidade da Igreja, e com o concurso de distintos oradores.

Quinta feira 7, ás 21 horas: Circulo de Estudos Comercial.

Sexta feira 8, ás 21 horas: Sessão solene em honra da Imaculada Conceição, Excelsa Padroeira da J. C. L. — Conferencia do nosso prestimoso confrade e distinto quintanista de Direito, sr. Mario Golçalvez Niana, subordinado ao têma: *A Educação.—Na familia —na escola — e na sociedade.*

Domingo 10, ás 21 horas: Circulo de Estudos Academico.

Quinta feira 14, ás 21 horas: Circulo de Estudos Comercial.

Quinta feira 21, ás 21 horas: Circulo de Estudos Comercial.

Segunda feira 25, (dia de Natal) ás 14 horas: Festa Infantil.

Quinta feira 28, ás 21 horas: Circulo de Estudos Comercial.

Domingo 31, ás 10 horas, prefixas, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição Nova, Missa e Comunhão Mersal; as 21 horas, na Séde: Comemoração do Centenario de S. Francisco de Sales, realisando uma conferencia o ilustre orador sagrado Rev. Dr. Conego Martins Pontes.

A Direcção exorta todos os seus consocios a que recebam o *Pão dos Fortes* no dia da Natividade do Redentor, nas respectivas igrejas paroquiais.

A J C. L. solenizará os centenarios de S. Francisco Xavier e de Pasteur, possivelmente ainda no proximo mez.

"A UNIÃO,,

Serviços de Administração

Pedimos instantemente aos nossos presados assinantes, a quem temos remetido este semanario e queiram facilitar-nos a cobrança da importancia das suas assinaturas que, quando sejam apresentados os seus recibos, quer modernos, quer antigos, os satisfaçam sem demora, o que desde já agradecemos com reconhecimento.

Solicitamos aos assinantes que não recebem o nosso jornal ou a quem seja entregue em atraso, que queiram formular as suas reclamações por escrito, a fim de as podermos apresentar no correio.

MANUAL DE EDUCAÇÃO SINDICAL

Brochura indispensavel a todos os que se interessam pelas questões sociais

Tradução do francês

Preço: 40 centavos

LIVRARIA CATOLICA,
Rua Augusta, 220-222-Lisboa

A Juventude Catolica de Lisboa

Breve noticia acerca da sua fundação, história e iniciativas

Por um sócio

Preço 400 reis

Pedidos à LIVRARIA CATOLICA (Rua Augusta 220) ou à sede da J. C. L.
Rua das Pedras Negras, 36, 1.º E.

Lampada Non Plus ultra

POR

ABILIO ALVES LEITÃO

Fundão — PORTUGAL

A melhor lâmpada para igrejas, a única que arde com um litro de azeite de 18 a 25 dias.
ECONOMIA DE 50 A 75 POR CENTO

Aceio incomparável.
Luz contínua.
Adaptável a toda e qualquer lâmpada ou lustre metálico. coluna, suporte ou credência.
Recomenda-se a todos que teem a seu cargo a luz do Sacrário.

Ultimamente melhorada

Preços de ocasião

Excerto da CIRCULAR N.º 2—1922

Ex.mo e Rev.mo Senhor

Em 10 de Outubro do passado ano, dirigi-me a V. Rev.ma anunciando-lhe a minha Lampada *Non plus ultra*, com a qual se conseguia o máximo aceio, economia e segurança de não se apagar.

Venho hoje anunciar-lhe um aperfeiçoamento, com o qual se consegue muito maior economia. Esse aperfeiçoamento consiste na tampa com que se cobre, que em vez de ser formada por uma rêde metálica é um disco de alumínio com os orifícios sòmente suficientes para a alimentação da chama. Daí resulta que 1 litro de azeite pode durar 18 dias, o mínimo, a 25. Para se obter o máximo é indispensavel usar azeite fino e os pavios n.os 1/2, 1/3 e 1/4. Mesmo que se usem azeites menos finos e pavios dos outros números a economia é sempre notável com a nova tampa.

Se quizer, posso também fornecer azeite fino em latas de 12 litros para cima, ao preço do mercado.

Também posso fornecer um suporte-lampada, de metal niquelado, em forma *étager*, muito elegante e prático, podendo usar-se fixo em parede ou coluna.

MEDALHAS

Do Santo Condestavel

D. NUNO ALVARES PEREIRA

Preço 500 réis

DEPOSITO NA

Livraria Catholica

RUA AUGUSTA, 220 — LISBOA

Grande variedade de artigos e objectos próprios para brindes

Valerio, Lopes & C.ta L.da

Largo de São Julião, 22 e 23 e R. Nova do Almada, 1, 3 e 7

TELE | PORTES 2. 2778 LOJA. C. 3478. ESCRITORIO
GRAMAS: PERRAME

LISBOA

Armazem de Ferragens de todas as qualidades.

Ferramentas para todos os oficios. Chapas de ferro, preto e zincado

ZINCO, LATÃO, COBRE E ESTANHO, CRAVO DE FERRADOR MARCA GLOBO, ARAMES DIVERSOS E TODOS OS ARTIGOS REFERENTES AO SEU COMERCIO

PINTO & SOTTO MAYOR

BANQUEIROS

LISBOA { RUA DO OURO, 18 A 22 / RUA DO COMERCIO, 136 A 140
PORTO—PRAÇA DA LIBERDADE, 23 A 29

Abertura proxima de Agencias em outros pontos do paiz

Representantes em Portugal

— DO —

Banco Portuguez do Brazil

RIO DE JANEIRO—S. PAULO

EM CARDIGOS

Fabrica de velas de cera d'abelhas

Cera amarela e cera branca em grumos

Premiada em varias Exposições

Fundada em 1850

Casa séria e acreditadissima, recomenda-se, em especial aos Ex.mos Eclesiasticos e corporações religiosas

Pedidos aos proprietarios

J. D'OLIVEIRA TAVARES, FILHOS

—CARDIGOS—

Civilisando Angola e Congo

OU

A acção civilisadora portuguesa dos Missionarios do E. Santo

100 pags. ilustradas, à venda:
Em Lisboa:
Trav. Lazaro Leitão, 21;
Casa Católica (Poiares S. Bento);
Livraria Católica (Rua Augusta).
No Porto:
Livraria Moderna (L. dos Loios)
Em Braga:
Livraria Católica; Livraria Cruz; «Missões de Angola e Congo.»

PREÇO (de propaganda) 1$001

A desmoralisação da Juventude

POR E. Pourésy

LIVRO DO MAIS ALTO INTERESSE PARA TODOS OS PAIS E MÃES DE FAMILIA

SEMPRE OPORTUNO, LARGAMENTE DOCUMENTADO E CONTENDO PRECIOSAS INDICAÇÕES AOS EDUCADORES

EDITORES

CASA CATOLICA

Rua dos Poiais de S. Bento—LISBOA

Previdência Agrária

INSTITUIÇÃO DE SEGUROS DA LAVOURA ASSOCIADA

CAPITAL REALIZADO 500:000$00

Quasi todo o capital foi subscrito pelos navradores e Lavoura associada, Banco Nacional Agricola, Associação Central da Agricultura Portuguêsa, Federações de sindicatos e grande numero de sindicatos agricolas do Continente e Ilhas Adjacentes

Faz toda a espécie de seguros e funciona como mútua de seguros para os lavradores associados nos Sindicatos, firmando com êstes contratos vantajosissimos.

Agências—*Em todas as terras do País e onde haja sindicatos agricolas são êstes seus agentes, desde que façam contratos com Instituição.*

Sede em Lisboa — L. do Carmo, 18

Pinto & sotto Mayor

BANQUEIROS

LISBOA—R. do Ouro, 18 a 22 e R. do Comercio, 136 e 140
PORTO—Praça da Liberdade, 23 a 29

Correspondentes no extrangeiro

Brasil

Rio de Janeiro e em todos os Estados do Brasil, Banco Português do Brasil e seus correspondentes.
Pará, Moreira Gomes & C.ª
Manaus, Taucredo Porto & C.ª

Hespanha

Ayamonte, Lopez Oller, Martin Cordero & C.ª
Badajoz, Hijo de Arenzana & C.ª
Barcelona, Hijos de Marin Valls;
» Sociedade de Crédito Mercantil
Valencia de Alcantara, sucessores de Manuel Pueblo.
Vigo e regido gallaica, Banco de Vigo.
Madrid, Banco de Biscoya.
» Banco de Arquijo,
» *e demais terras de Hespanha*, Banco Español de Crédito.
Huelva, Banco Hispano-Americano.

Estados Unidos da America

Banck of New York, N. B. A.

Hollanda

Amsterdamsche Bank.

França

Paris, Banque Espagnole de Credit.
Paris, Bordeux, Biarritz, Havre, Nice e Marselle, Loyds & National Provincial Foreign Bank, Ltd. e Banque Nationale de Crédit (16, Boulevard des Italiens).

Inglaterra

The British Bankof South America, Ltd.
Lloyds Bank, Ltd.
London Joint City & Midland Bank, Ltd.

Italia

Crédito Italiano

Russia

Société de Banque Suisse et Unión de Banque Suisses.

Belgica

Anvers, Banque d'Anvers.
Bruxelles Société Générale de Belgique.

Alemanha

Dresdner Bank.
Deutsche Bank.

Emprêsa de Publicidade Agricola, Limitada

FUNDADA SOB O PATROCINIO DA

Assoc. Central da Agricultura Portuguêsa

(União Central dos Agric. Portuguêses)

E

PREVIDENCIA AGRÁRIA

(Instituição de Seguros da Lavoura Associada)

Oficinas Gráficas Movidas a Electricidade

Encarrega-se de trabalhos tipográficos em todos os géneros.

DESENHO E GRAVURA

LITOGRAFIA, PAUTAÇÃO,
ENCADERNAÇÃO, ETC.

RUA DA ROSA, 222 A 226

LISBOA

ZUZARTE DE MENDONÇA

Pelejas dum Crente

(Livro dum soldado de Cristo)

Com prefacio de S. Ex.ma Rev.ma o Sr. *Arcebispo de Evora*

Obra recebida pela critica, pelos escritores e jornalistas catolicos com unanime aplauso

UM MAGNIFICO VOLUME DE 400 PAGINAS
1$00 Esc. (1$000 réis)
Á VENDA NA CASA CATOLICA, Editora
RUA DOS POIAIS DE S. BENTO, 133-135
LISBOA